Estado distribui cestas alimentares a povos e comunidades tradicionais

Ter 28 abril

A Defesa Civil estadual, juntamente com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), inicia nesta terça-feira (28/4) a distribuição de 5 mil cestas alimentares a povos e comunidades tradicionais no estado, que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade, principalmente agora com a disseminação do coronavírus em Minas. As doações começam pelo município de Ribeirão das Neves e buscam contribuir para a garantia da segurança alimentar dessas comunidades.

Na quarta-feira (29/4), os suprimentos serão entregues aos povos e comunidades tradicionais de Januária e Santa Luzia. No dia 5/5, em Montes Claros, serão distribuídas cestas para atendimento ao município de Janaúba. Em 6/5, em Januária, o benefício chegará também aos municípios de São Francisco, São João da Ponte, Itacarambi, Bonito de Minas, Brasília de Minas e Diamantina. Já em 13/5, será a vez da população de Teófilo Otoni.

As cestas alimentares serão distribuídas, inicialmente, a quilombolas, indígenas, ciganos, circenses e vazanteiros (que vivem na beira de rios). Hoje, em Minas Gerais, já são reconhecidos 17 segmentos e povos tradicionais, como os apanhadores de flores sempre-viva, artesãos de barro e tecelãs, catingueiros, congadeiros, extrativistas, faiscadores, garimpeiros, geraizeiros, indígenas e pescadores artesanais.

Cenário

Com o aumento do desemprego e a queda na produção rural, a pandemia de coronavírus agravou ainda mais a situação econômica dos povos e comunidades tradicionais. A proibição de espetáculos, por exemplo, afetou sobremaneira os circenses, enquanto a ausência de turistas nas principais cidades do interior do estado tem prejudicado as comunidades que têm como renda o artesanato ou a venda de produtos extrativistas.

Para o coordenador estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais da Sedese, Cléver Machado, essa ação é extremamente necessária para enfrentar os impactos da pandemia sobre essas pessoas.

“Tais povos possuem uma histórica vulnerabilidade imunológica e baixos índices de desenvolvimento humano. Com isso, nessas populações verifica-se um alto índice de doenças crônicas, tais como anemia, hipertensão arterial, desnutrição, diabetes, o que as categoriza como grupos de risco ante a pandemia de Covid-19. Sabe-se que tal quadro é agravado pelas barreiras de acesso desse público às políticas públicas de saúde, habitação, saneamento básico, segurança alimentar, sejam territoriais ou advindas do racismo e preconceitos por conta de suas origens étnico-raciais”, salienta.

A demanda foi apresentada à Sedese pelas próprias comunidades, movimentos sociais, órgãos e instituições de garantia de direitos. As cestas foram disponibilizadas pela Defesa Civil.